Não fale com estranhos! A criança e o estranhamento (do) presente

Don't talk to strangers! The child and the strangement present

Fernanda Alcantara de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O presente trabalho problematiza a subjetividade contemporânea e propõe o estranhamento de práticas que foram naturalizadas e enrijeceram, comprometendo a saúde. A partir de uma aliança com a criança, buscam-se estratégias de vida que produzam resistência frente à produção de subjetividade vigente. A infância é tida como aliada, por estar menos cristalizada nos modos de vida instituídos, tendo, assim, maior possibilidade de estranhar o presente. Questionam-se nossa perspectiva adulta e nossas verdades, bem como a própria concepção de infância. Enfim, o trabalho convida-nos, frente ao estranhamento que a alteridade infantil nos provoca, a estranharmos a nós mesmos.

Palavras-chave: infância; estranhamento; subjetividade.

ABSTRACT:

This paper discusses contemporary subjectivity and proposes the strangement of practices that have been naturalized and stiffened, compromising health. From an alliance with the childhood, are sought life strategies that produce resistance against the production of subjectivity in force. Childhood is seen as an ally, to be less tangled on ways of life imposed, and thus more likely to surprise the present. We question our adult perspective and our truths as the very concept of childhood. Finally, invites us, in front of strangeness that child's otherness provokes us, to strange ourselves.

Key-words: childhood; strangement; subjectivity

Estranhando...

O que um dia nos surpreendeu, nos causou estranhamento, nos despertou curiosidade e muitas perguntas, hoje é banal, óbvio, natural. Levamos a vida sem indagar por que o fazemos dessa forma e não de outra, o que pode comprometer, entre outras coisas, a nossa saúde¹.

Poupamos energia automatizando certos movimentos. Alguns comportamentos se transformam em hábito. O que vemos sempre - as casas da rua em que moramos, os vizinhos, o caminho que percorremos até o local de trabalho, o ascensorista do elevador

etc. - se torna paisagem ao fundo das nossas vidas. Tão natural, como se sempre houvesse sido assim e sempre vá continuar a ser. Quando algo escapa à rotina, a nossa atenção é ativada. Estranhamos prontamente o que rompe com o padrão. Difícil é se surpreender com o que constantemente se repete. Imaginem se a cada dia experienciássemos tudo como se fosse a primeira vez!

No entanto, aquilo com o que nos acostumamos e naturalizamos se torna rígido, com pouca possibilidade de mudança. Algo que em uma circunstância funcionou muito bem, em outro momento pode perder o sentido, mas permanecerá operando como antes, mesmo que não cumpra mais a sua função, pois nos habituamos a esse funcionamento. Por que manter práticas meramente por hábito? Parece estúpido, mas nem o percebemos por estarmos condicionados a esse modo de operar.

Devido à solidez característica do instituído, nos acostumamos com a forma assumida e passamos a percebê-la como natural, perdendo de vista o processo que a produziu. O estranhamento é um importante dispositivo, pois pode dar visibilidade às instituições que enrijeceram, dificultando a vida, de modo a favorecer movimentos instituintes.

Nossos corpos e pensamentos não estão acostumados a funcionar de outros modos. Resistimos a mudanças. No entanto, estranhar o instituído exige que estranhemos a nós mesmos, questionando as instituições que nos atravessam e nos subjetivam. Aceitamos a ordem vigente porque acreditamos que ela é a única ordem possível, garantidora da vida social. Como estranhar essa crença? Como estranhar o funcionamento de nossa sociedade? Como descristalizar o pensamento e o desejo?

Algumas intensidades favorecem o estranhamento. A criança, recentemente chegada ao nosso mundo, não está tão cristalizada em nossos modos de vida, tão habituada ao que já percebemos como natural. Ela estranha e questiona muitas coisas, nos enchendo de ‘por quês’. Nós já instituímos esse movimento da infância como um período normal, a “fase do ‘por quê?’”. Nós capturamos esse estranhar dela sem estranhá-lo, naturalizando-o numa fase. Ocupando o lugar de adulto, aquele que sabe, damos respostas simples a essas perguntas. Quando não temos respostas ou já perdemos a paciência com tantos ‘por quês’, dizemos apenas “porque sim!”. Não entendemos por que tanto questionar coisas que nos parecem óbvias. Não aproveitamos o estranhar da criança para estranharmos a nós mesmos. O saber sobre essa realidade naturalizada já está pronto, não o recriamos no encontro com a criança.

Linhas de fuga podem ser produzidas a partir de encontros com as

multiplicidades da criança, de modo a aumentar a potência de ser afetado por linhas de alegria. Pensar os movimentos da infância pode ser um dispositivo para repensarmos a lógica em que operamos. Suas velocidades e lentidões podem nos inspirar a viver de um outro modo, menos enrijecido, menos repetitivo e mais criativo, com mais potência. “Inventar não é uma prática exclusiva de alguns, mas de qualquer um que se aventura a desejar novas oportunidades de vida” (BARCELOS, 2006:24).

O estranhar da criança e o nosso estranhamento frente ao infantil

As crianças ora nos cativam, ora nos chocam, com sua sinceridade e ingenuidade. Elas enxergam a vida de uma ótica muito distinta da dos adultos, por uma lógica que não é menos verdadeira do que a dominante e que não cessa de nos surpreender, se nos pusermos disponíveis à afecção². A curiosidade e a sensibilidade infantis levam as crianças a investigar o nosso mundo. As crianças não aceitam o enunciado “as coisas são assim porque são”. Elas estranham, questionam, analisam e experimentam.

Facilmente estranhamos o que difere, como a singularidade infantil. O novo nos espanta. Na infância tudo é novidade. No entanto, a criança se entrega na descoberta e no encontro com a alteridade. A criança se encanta com o que destoa do que, para ela, é comum e estranha o que, para nós, já está mais do que naturalizado.

Temos grande dificuldade em lidar com a diferença, com o outro, aquele que não sou eu. Negamos o outro. Isso não difere quando nos relacionamos com as crianças, “esses seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não entendem a nossa língua” (LARROSA, 1998:67). Jorge Larrosa afirma que a infância é o outro: a absoluta heterogeneidade. “Aí está a vertigem: na maneira como a alteridade da infância nos leva a uma região na qual não regem as medidas de nosso saber e de nosso poder” (ibidem:70). O autor fala de nossas expectativas em relação a uma criança que está para nascer. Vemos na infância a matéria-prima da realização de nossos sonhos. A tomamos como expressão de nós mesmos, do que somos ou queríamos ser. O nascimento é visto como continuidade cronológica do desenvolvimento e história da humanidade e não como acontecimento. No entanto, o nascimento frustra nossos projetos, pois é a origem absoluta, não é antecipável nem previsível, é a extrema descontinuidade conosco, interrompendo toda cronologia. A infância não materializa nossos desejos, nem cumpre nossas metas. A criança dissolve a solidez de nossas crenças e a certeza de nós mesmos. Ela sempre nos surpreende.

Damos-lhe brinquedos caros, último lançamento. A criança abandona os brinquedos e se farta com o papel do embrulho, suas cores, brilhos e barulhos produzidos quando manipulado. Seu comportamento escapa ao esperado, mas às vezes nem isso é suficiente para nos surpreender. Consideramos como coisa da idade, comportamento errante, sem sentido – “infantil”, em suma.

Caterina Lloret (1998) afirma que há uma disposição hierárquica dos grupos etários que tem seu ápice na fase adulta masculina. Quando a infância é vista como o outro do adulto, como a sua ausência, ela é reduzida a uma negatividade. Assim, não se enxerga a positividade da infância, sua potência, sua afirmatividade.

A criança é vista por nós como deficientes em relação ao desenvolvimento físico e cognitivo de um adulto, e desqualificamos suas produções como o fazemos com a loucura. Percebemos a vida como continuidade e a infância como fase transitória e evolutiva – da negatividade à positividade. Não vemos o que há de positivo na infância, o que há de acontecimento. Com a desqualificação da infância, as falas infantis são desvalorizadas. “As palavras mais simples são as mais difíceis de ouvir. Em seguida, achamos que a entendemos e imediatamente, sem prestar ouvidos, as abandonamos e passamos a outra coisa” (LARROSA, 1998:71) – assim lidamos com a fala e as ações das crianças, por nos parecerem simples, pueris. Não percebemos sua riqueza. Segundo Larrosa, a simplicidade não oferece obstáculo ao nosso saber; logo, é ignorada por este. “As perguntas das crianças são mal compreendidas enquanto não se enxerga nelas perguntas-máquinas³” (DELEUZE & GUATTARI, 1997:42).

Para a criança nada é obvio ou natural. Tudo a inquieta. Então nos enche de perguntas. Enfadados com tantos “por quês?”, respondemos: porque sim. Todavia, essa resposta-cala-a-boca não contenta a criança. Ela quer compreender os mecanismos, os sentidos, não quer uma regra.

Os saberes científicos converteram a infância em objeto de estudo e reduziram-na ao que os nossos saberes podem objetivar e nossas práticas podem submeter, dominar e produzir. É vedado à criança o saber sobre si, pois este pertence à ciência. Especialistas trabalham para reduzir o que há de desconhecido nas crianças e para controlar o que há de selvagem nelas.

Virgínia Kastrup (2000) questiona as teorias de desenvolvimento que vigoram no campo dos estudos da cognição. Essas teorias são baseadas numa noção de desenvolvimento que se assemelha à noção biológica de evolução. Ela é calcada em um tempo cronológico, seqüencial e histórico, em que as estruturas cognitivas são

construídas sucessivamente. Desse modo, as teorias de desenvolvimento tomam o adulto como ponto de chegada das transformações cognitivas ocorridas na infância. A idéia de progresso é marcante nesse raciocínio. Assim, a cognição infantil é vista como deficiente frente à cognição adulta. Nesse ponto de vista, desenvolver-se é superar deficiências e alcançar um fechamento do sistema cognitivo. Logo, a infância é vista como uma fase de preparação para a forma de conhecer e pensar adulta. Em busca de transformar a criança, levando-a à idade da razão, utilizam-se dispositivos de adultização do infantil (CORAZZA, 2000).

Vemos a infância apenas pela ótica do saber que inventamos sobre ela, mas a infância se reinventa apesar de nós. Chamamos a sua invenção de desvio. Enquanto especialistas, rotulamos a diferença de hiperatividade ou dificuldade de aprendizagem, por exemplo. A família chama a divergência de desobediência. A criança testa os limites e regras. Ela experimenta, verifica os efeitos de suas ações. Nós estabelecemos as regras, não deixando espaço para questionamento, diálogo ou estranhamento, mas a criança rompe com nossas imposições, nos desobedece e cria.

Lembro que durante minha adolescência voltei ao prédio em que vivi até os oito anos de idade. Estranhei aquele espaço. Tudo parecia muito menor do que na minha memória. Os prédios, a área livre pela qual corria, tudo parecia pequenino. A grade pela qual enfiava meu rosto quando pequena agora terminava na altura do meu peito. No bloco que subia com grande esforço, agora facilmente apoiaria o pé. Toda aquela área e arquitetura que eu enxergava dos meus poucos centímetros de altura era percebida muito maior, na minha infância, do que depois de crescida na adolescência. Afinal, qual é o real tamanho do prédio? Isso poderia ser verificado por um engenheiro ou arquiteto com medidas precisas, embora o que realmente importe para as pessoas que freqüentam aquele lugar seja a forma como o percebem. Manoel de Barros, inventando memórias, diz: “Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas” (BARROS, 2003). A percepção é sempre parcial, posicionada, subjetiva. Precisamos apenas reconhecer que as perspectivas variam e acolher a singularidade da perspectiva infantil.

A criança tem outra perspectiva do tempo. Uma menina estranha porque não estava na foto de casamento de seus pais, questiona e chora por não ter participado. Ela não era nascida então, mas essa cronologia não faz sentido para crianças pequenas. A mãe responde: “Se você estivesse lá, sua avó teria me matado”. A expectativa social da

época, de que a mulher casasse virgem e posterior ao casamento ocorresse a gravidez, é ignorada pela criança.

Outra criança conta histórias que sempre começam por “quando eu era grande...”. O menino diz que quando era grande alcançava o registro do chuveiro e empurrava a irmã mais velha no carrinho de bebê. Se a maioria das pessoas que o cercam é grande e ele é pequeno, conclui que um dia também já foi grande. Em sua concepção, passado, presente e futuro não se sucedem linearmente. Não há uma lógica que diga que ele não era nascido quando sua irmã mais velha era bebê.

O filósofo Walter Kohan (2007) retoma três palavras do grego clássico que designam tempo, com diferentes sentidos: *chrónos*, *kairós* e *aión*. A primeira representa a continuidade de um tempo em que o depois sucede o antes, em que o passado é substituído pelo presente, que por sua vez cede seu lugar ao futuro. *Kairós* tem o sentido de medida, proporção, momento crítico, oportunidade. E finalmente, *aión* representa “a intensidade do tempo da vida humana, um destino, uma duração, uma temporalidade não-numerável nem sucessiva, intensiva” (KOHAN, 2003:86). Em seu fragmento 52, Heráclito afirma: “*aión* é uma criança que brinca (literalmente, ‘crianças’), seu reino é o de uma criança” (KOHAN, 2003:86). Diferente da lógica do *chrónos*, que segue os números, a criança brinca com os números e faz um outro tempo.

Quando eu era criança e visitava meus primos, passávamos horas preparando nossas brincadeiras. Quando finalmente estávamos prontos para começar, meus pais vinham me chamar para ir embora. Isso sempre acontecia. Não programávamos o tempo de preparação para que fosse possível aproveitar o jogo. Nós nos demorávamos o quanto pensávamos necessário, pois nosso tempo não era medido pelo relógio. Entretanto o tempo dos adultos é cronometrado e eles tinham outros planos, a hora urgia e eram eles que decidiam quanto à hora de ir, o fim da brincadeira. O tempo adulto reina em nossa sociedade. Cabe à criança encontrar brechas temporais para vivenciar o tempo à sua maneira.

Deleuze diferencia dois tipos de temporalidade. De um lado está a história, sucessão contínua de efeitos de um acontecimento, o conjunto de condições que possibilitam uma experiência, e do outro lado temos o devir, a própria experiência, o acontecimento, o descontínuo, a criação, o intempestivo. A temporalidade infantil não é histórica (KOHAN, 2007).

A criança praticamente não tem passado. Não ativa muitas memórias, nem dá grande importância ao futuro. Ela não tem uma percepção do tempo a longo prazo,

como os adultos. Se lhe dizemos que irá ao zoológico no domingo, todos os dias ela perguntará “hoje já é domingo?”. Afinal, é o hoje que lhe importa. O tempo infantil é o presente, o momento do acontecimento.

A concepção de tempo do filósofo Bergson, de que nos fala Kastrup (2000), difere da idéia do tempo cronológico, pois defende uma coexistência de todos os tempos. Assim, passado, presente e futuro paradoxalmente subsistem como coexistência virtual. Essa noção de tempo se assemelha ao modo como o tempo é vivenciado na infância.

Para a criança não há espera. Um adulto numa fila ou sala de espera fica estressado, remoendo a perda de tempo e planejando suas ações quando voltar a ter controle do uso de seu tempo. A criança não tolera a espera, ela brinca com o tempo. Enquanto o adulto está preso naquele espaço-tempo de espera, a criança que o acompanha se utiliza dos elementos daquele espaço e estabelece novos agenciamentos. Ela transforma os objetos em peças de um jogo e cria novas conexões. Todavia, o adulto não suporta o comportamento da criança, que não condiz com as normas prescritas daquele lugar, e incomoda-se que ela tome os objetos distorcendo suas funções. Logo ordena: “Não mexa! Fique quieta”.

Essa relação diferenciada que a criança tem com o tempo possibilita outros modos de viver. Ela vivencia o seu cotidiano num ritmo diferenciado. Esse ritmo não é comandado pelas exigências do mercado, ou pelas instituições – ao menos quando a infância não está aprisionada em uma instituição. No reino infantil, não há consecutividade. As suas velocidades e lentidões atendem à experiência. O que impera é a intensidade da duração. Se algo chama a atenção de uma criança, nada mais importa, ela pára para observar e experimentar. Essa outra relação com o tempo favorece o estranhar, não só do que se destaca pela alteridade, mas também do que se repete automática e monotonamente.

No entanto, as imposições a que submetemos a infância impedem essa experimentação do tempo. A institucionalização da infância na escola molda-a ao tempo serializado: hora de fazer fila, hora de fazer o dever, hora de brincar etc. Seu tempo é preenchido não só pela escola, mas inclui outras atividades programadas, como cursos e esporte, para sua boa formação ou para não dar trabalho aos adultos, além da televisão que cronometra a duração dos programas infantis intercalando-os com propagandas. Desse modo, não resta à criança tempo para ser vivido livremente. Não há mais tempo para imaginar ou estranhar. Assim, é compreensível que muitas crianças hoje não

passem pela famosa fase dos “por quês?”. A criança é adestrada a nada questionar, a não surpreender, nem criar.

Quando adultos, já conhecemos os protocolos comportamentais: sabemos o que devemos fazer, em que momento e de que modo. Temos regras de etiqueta. Precisamos nos portar apropriadamente em cada situação para garantir a boa convivência. Só falamos com um estranho o mínimo necessário – cumprimentamos, pedimos uma informação. Entretanto, quando nos deparamos com uma criança estranha, falamos com ela, brincamos, fazemos caretas. Imagine-se sorrir para um adulto qualquer na rua, passar a mão em seus cabelos e fazer caretas até ele rir. Nunca nos exporíamos a tal “ridículo”. Imagine a reação da pessoa. No entanto, nos permitimos fazer essas mesmas coisas quando se trata de uma criança.

Apesar dessa liberdade que gostamos de exercer ao brincar com uma criança estranha, elas são ensinadas a não falar com estranhos. Essa regra tem ganhado maior importância com os altos índices de violência em nossa sociedade, especialmente no contexto urbano em que o medo encoraja uma certa paranóia, já naturalizada. Nós, moradores das metrópoles, ao ver alguém confiando em estranhos, consideramos seu comportamento ingênuo e identificamos a pessoa como estrangeira à cidade grande, pois quem aqui vive sabe se comportar desconfiada e reservadamente. Logo, reforça-se a idéia de que é preciso evitar comunicar-se com estranhos - o que se torna uma proibição enfática no caso das crianças, por serem consideradas frágeis e mais suscetíveis ao mal que o estranho potencialmente oferece. As crianças só podem ser adultizadas por adultos confiáveis, que às vezes são restritos aos pais. Popularizam-se cada vez mais as câmeras que vigiam babás, cuidadores de creches e professores. A família sente necessidade de monitorar tudo que ocorre com seu filho; afinal, todos somos permanentemente regulados em nossa sociedade de controle⁴.

Quando se abre mão do medo do outro, do desconhecido, e possibilitamos a conexão da criança com o adulto, o encontro pode ser potente. A criança nos convida a sair do nosso protocolo de adulto sério e a bancar o bobo no meio da rua. A infância tem uma força que nos possibilita livrar-nos das regras e instituições.

Tomamos a potência infantil e a filosofia de Deleuze, Guattari e Nietzsche como aliados nas seguintes indagações: como nos deixar atravessar por essa subjetividade em que o estranhamento surge como uma virtualidade intensa?; como buscar subjetividades mais inquietas, mais desconfiadas do que é visto como natural?; como fazer de nossas práticas revoluções moleculares?

Empoderar-se do estranhar infantil: devir-criança

Kohan (2007) propõe que se pense a infância como presença, afirmação, força. A palavra infância é associada à idéia de re-visitar lugares como se fosse a primeira vez. Para reforçar esse outro lugar conferido à infância, Kohan convida outros pensadores, ente eles J.-F. Lyotard e Jacques Derrida. Para Lyotard, a infância é a condição de ser afetado, pois está sempre esperando o inesperável. Lyotard afirma que o nascer é o acontecimento que muda o curso que leva as coisas a se repetirem. A criança mantém viva a renovação do nascimento ao estender o nascer a toda vida. A infância salva o mundo da ruína da normalidade, naturalidade e caduquice de suas instituições. “A infância é o reino do ‘como se’, do ‘faz de conta’, do ‘e se as coisas fossem de outro modo...?’” (KOHAN, 2007:111). A criança fantasia e experimenta sem se prender ao instituído. Ela impede a reprodução do mesmo. A vida toda sempre nos nasce uma criança.

Derrida coloca em xeque o nosso modo se relacionar com a alteridade. Ele questiona a nossa hospitalidade frente ao estrangeiro e Kohan nos faz pensar a criança como um estrangeiro em nosso território adulto. Derrida problematiza a hospitalidade que exige ao estrangeiro que fale a nossa língua e compreenda nossos valores. Podemos ser hospitaleiros sem nada saber sobre o outro? Kohan expõe o paradoxo de Derrida: “ou o anfitrião cala e isenta sua verdade e se deixa absolutamente transpassar pela verdade do outro, ou então ele proclama saber a verdade sobre o estrangeiro – e acompanha seu saber com a pretensa ignorância do estrangeiro sobre si” (ibidem:118). Para Derrida, o estrangeiro pode convidar o anfitrião a convidá-lo. Como acolher as crianças, esses estrangeiros que falam outra língua?

As idéias de Fuganti podem igualmente contribuir para essa compreensão da criança, não relacionada à falta, mas vista como presença. Segundo Fuganti⁵, à existência nada falta. Ao contrário, há uma plenitude. Ele nos convida a ver essa plenitude na loucura, pois há nela uma generosidade de forças. A infância costuma ser associada à loucura pela falta, pela desrazão. Ambas têm um lugar menor em nossa sociedade por sua alteridade. Podemos dizer que na criança também há uma multiplicidade de forças, uma plenitude, uma potência inventiva. “A criança é pura potência de afetar e ser afetada. Ela está aberta para as multiplicidades do mundo” (FUGANTI, 1990). Muitas atividades destinadas às crianças têm a função de ocupá-las, consumir sua energia, poupando a energia do adulto que tem a obrigação de cuidar e

acompanhar os movimentos infantis. Incomodamo-nos com a desordem que a loucura e a infância tendem a promover. Consideramos a desordem perigosa, pois ela escapa das coordenadas do espaço e do tempo que foram socialmente estabelecidas de modo a contê-la. No entanto, é esse funcionamento outro da criança e do louco que lhes confere uma posição privilegiada para estranhar as práticas que naturalizamos, para experimentar quando só conseguimos repetir o conhecido.

Kastrup (2000) expõe uma concepção do desenvolvimento cognitivo que não é cronológica, o que faculta retirar a criança do lugar da negatividade. Tal compreensão do desenvolvimento apóia-se, como dissemos, nas idéias de Bergson. O filósofo entende que a evolução ocorre em forma de feixe e não numa única direção. A transformação evolutiva se dá sob o signo da diferenciação e divergência. Bergson destaca duas tendências distintas que se misturam ao se atualizar: a repetitiva e a inventiva. “Toda forma atualizada – e aí podemos ver o caso do sistema cognitivo infantil ou adulto – é um misto de matéria e tempo, guardando uma abertura e encontrando-se sujeito à instabilização” (KASTRUP, 2000:375). Compreende-se a infância como portadora de virtualidades, englobando em si diversas possibilidades, pois nela prevalece a tendência inventiva. O modo de conhecer infantil assegura a abertura da cognição. “O ‘infantil e o ‘adulto’ coexistem no interior da cognição e a dimensão ‘infantil’ vai se destacar como uma tendência sempre virtual, capaz de fazer divergir as formas e as estruturas constituídas” (ibidem:275). As formas adultas podem se enrijecer, dificultando a sua diferenciação, mas há sempre uma criança no adulto que se revela nos movimentos cognitivos divergentes. Não há perda irreversível dos nossos devires.

O filósofo Friedrich Nietzsche, em sua obra *Assim falou Zaratustra*, também afirma a criança como positividade; nesse caso, como a última metamorfose do espírito, sua última superação. As três transformações de que nos fala Zaratustra são: o espírito que se muda em camelo, o camelo que se torna leão e, finalmente, o leão que se transmuta em criança. O filósofo compara o espírito sólido ao camelo, pois ambos carregam humildemente, sem resistência, seu peso pelo deserto e abdicam da liberdade. O espírito sólido testa sua força sobrecarregando-se dos pesados valores tradicionais, que tanto respeita. O senhor do camelo é a imposição dos valores milenares: “Tu deves”. Para o espírito sólido e respeitoso, a mais terrível apropriação é a obtenção do direito de criar novos valores. Porém, na solidão do deserto, o camelo transforma-se em leão em busca de “conquistar sua liberdade e ser o rei de seu próprio deserto”

(NIETZSCHE, 2006: 32). O espírito do leão revolta-se contra os valores impostos e renuncia ao seu último senhor, dizendo: “Eu quero”. O inimigo do leão fala: “todos os valores foram já criados e eu sou todos os valores criados. Para o futuro não deve existir o “Eu quero!” (ibidem supra). O leão nega o dever e ganha a liberdade para a nova criação. No entanto, o leão ainda não tem uma liberdade afirmativa, não sendo capaz de criar novos valores. Ocorre, então, a última e suprema metamorfose: o leão se muda em criança. “A criança é inocência, e esquecimento, um recomeço, um brinquedo, uma roda que gira sobre si própria, movimento primeiro, uma santa afirmação” (ibidem supra). Agora o espírito livre quer sua vontade. A afirmação da criança possibilita o jogo da criação: é a vida que inventa os valores. Portanto, nenhum valor pode se sobrepor à vida. Fuganti (1990) chama esse movimento da criança de reversão do platonismo e do cristianismo, mas também a reversão de nós mesmos. “A invenção é necessariamente um movimento de leveza, um jogo alegre, uma explosão de riso” (FUGANTI, 1990:80). Sobre o espírito da criança de Zarathustra, Kohan (2007) diz: “Frente ao direito aos valores novos do leão, mas ainda sem as novas criações, a criança constitui a criação mesma, um novo começo para os valores, a liberdade mais afirmativa, tempo circular que retorna, pura afirmação da vida. A inocência e o esquecimento isentam a criança dos rancores e do ressentimento” (p.110). Para o autor, as três metamorfoses não se dão numa linha contínua e sucessiva de progresso, e sim num círculo de intensidades.

Kohan (2007) diferencia duas infâncias. Uma é a infância molar, majoritária, das histórias da infância, da continuidade cronológica, do desenvolvimento por estágios, das maiorias, do modelo de criança idealizada, educada, disciplinada, institucionalizada. A outra infância é a molecular, minoritária; ela habita outra temporalidade, é experiência, intensidade, acontecimento, um detalhe, criação, resistência, revolução, ruptura com a história, linha de fuga. Kohan diz que esta é “a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes” (p. 94). A infância molecular está sempre saindo do lugar que lhe concedem e ocupando outros - inesperados, desconhecidos, inusitados. A infância molar é a forma; a molecular, a força. Habitamos as duas infâncias, ambos os espaços e temporalidades. Elas não são excludentes. Para Kohan, não é o caso de se idealizar uma em detrimento da outra. O autor diz que “uma infância afirma a força do mesmo, do centro do tudo; a outra, a diferença, o fora, o singular. Uma leva a consolidar, unificar e conservar, a outra a irromper, diversificar e revolucionar” (p.95).

As idéias de Bergson e Nietzsche influenciaram muito o pensamento de Deleuze e Guattari. Podemos ver o “tornar-se criança” de Zarathustra numa das ferramentas

criadas por esses dois autores: devir-criança. Esse conceito, segundo Kastrup (2000), se refere a uma criança que persiste no adulto como virtualidade, condição de diferenciação e divergência cognitiva. O devir, como substantivo, porta a idéia do movimento de transformação que se dá no presente e não no decurso de um tempo histórico. “Não se define como passagem de uma forma a outra, mas sobretudo como movimento que faz tensão com as formas” (KASTRUP, 2000:377). A forma-adulto e a forma-criança são estados, pontos de parada. “O devir-criança é o encontro entre um adulto e uma criança – o artigo indefinido não marca ausência de determinação, mas a singularidade de um encontro não-particular nem universal – como expressão minoritária do ser humano” (KOHAN, 2007:95-96). O devir não se caracteriza pelo que ele pode vir a criar, seus pontos de parada ou desaceleração, nem se assemelha a uma metamorfose de uma forma que se transforma em outra. “O devir é um movimento pelo qual a linha libera-se do ponto, e torna os pontos indiscerníveis” (DELEUZE & GUATTARI, 1997:92). O devir é uma desterritorialização. Ele desconstrói a forma. O bloco de devir não transforma uma coisa em outra, pois esta também está em devir. “Devir é um encontro entre duas pessoas, acontecimentos, idéias, entidades, multiplicidades, que provoca uma terceira coisa entre ambas” (KOHAN, 2007:95).

Deleuze e Guattari (1997) opõem o devir-criança à lembrança que temos da infância: “‘uma’ criança molecular é produzida... ‘uma’ criança coexiste conosco, numa zona de vizinhança ou num bloco de devir, numa linha de desterritorialização que nos arrasta a ambos – contrariamente à criança que fomos, da qual nos lembramos ou que fantasmamos, a criança molar da qual o adulto é o futuro” (p.92).

Devir-criança não significa, por exemplo, voltar a ser como na minha infância das memórias contadas a cima. Não retornaria a mesma perspectiva visual ou temporal. Não se trata de retomar uma vivência do tempo não-cronológico que antes se possuía, desconsiderando a organização majoritária do tempo, ou de ver o mundo com olhos infantis. Trata-se de desconstruir a forma atual, molar, adulta de ser, sem previsão dos efeitos desse movimento. Até as memórias da infância que hoje ativo, o faço pela perspectiva do adulto que sou nesse momento, com todos os meus atravessamentos contemporâneos. Não é possível resgatar a percepção exata que tinha quando criança. Um devir é sempre algo contemporâneo. Devir-criança não é retornar à infância ou infantilizar-se, nem significa imitar uma criança. Devir não é identificar-se, parecer, equivaler, ser ou produzir, nem é uma evolução por filiação. É uma aliança entre heterogêneos que os autores preferem denominar “involução”. “Involuir é formar um

bloco que corre seguindo sua própria linha, ‘entre’ os termos postos em jogo” (DELEUZE & GUATTARI, 1997:19). A involução é criadora e não se confunde com regressão.

Deleuze diz: “a criança não pára de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente. Os mapas dos trajetos são essenciais à atividade psíquica” (DELEUZE, 1997:73). O filósofo afirma que esse meio é composto de substâncias, potências, qualidades e acontecimentos. Os trajetos pelos quais a criança experimenta se confundem com sua subjetividade e também com a subjetividade do meio. Os pais, com suas qualidades e potências, são um dos meios que a criança percorre. “Eles só tomam a forma pessoal e parental como representantes de um meio num outro meio” (ibidem:73). A criança não se limita às coordenadas de seus pais para chegar aos meios por derivação depois. A criança sempre está mergulhada num meio atual que ela percorre. Os pais só têm a função de conectores ou desconectores de zonas. Para Kastrup (2000), a criança, ao explorar diretamente o meio molecular, está desprovida de um programa que acesse a memória ou ambicione um projeto. Portanto, o devir-criança é uma atividade que não é guiada por regras prescritas que determinariam sua ação. Essa é a segunda característica do devir-criança, levantada pela autora: “A criança quer procurar e inventar, sempre à espreita da novidade, impaciente com a regra” (BERGSON *apud* KASTRUP, 2000:379). Esse movimento é exploratório e experimental, pois lança-se no presente imediato e desliza pelas brechas que há entre as formas instituídas. “Há aí uma dimensão da subjetividade que transborda das estruturas estabilizadas” (KASTRUP, 2000:379). O movimento involutivo do devir promove um processo de dessubjetivação. No entanto, é imprescindível que haja formas para que ocorra o devir.

Devires subjetivos, processos transversais, se instauram então através de indivíduos e grupos. A identidade é uma paralisação desse processo. Guattari (2005) concebe a existência de vias de passagem, de comunicação inconsciente, entre os movimentos minoritários do negro, da mulher, da criança e da arte - devires que permeiam essas diversas subjetividades. Cantar, pintar, compor, escrever, desenhar, brincar desencadeiam devires. Deleuze e Guattari denominam “dimensão molecular” do inconsciente os elementos de devires que, articulados, constroem uma subjetivação minoritária (GUATTARI & ROLNIK, 2005). As minorias são pólos de resistência e, mais, são potenciais processos de transformação. A criança tem essa virtualidade, essa potência de invenção. O que nos precipita num devir pode ser qualquer coisa, mas

sempre é uma questão política, não importa o quão inesperada ou insignificante seja.

Como extrair da nossa idade fluxos que promovam uma involução? Como provocar no nosso corpo uma potência inventiva? Como nos deixar invadir por um devir-criança?

A cantora Adriana Calcanhotto entra num devir-criança e assume o nome de Adriana Partimpim. Partimpim era o nome que se dava quando criança. O álbum que ela grava sob esse nome foi vendido como um disco infantil. Segundo Deleuze & Guattari (1997), um devir-criança atravessa a música. Adriana grava músicas de uma molecularidade que faz vizinhança com as partículas infantis. Um devir-criança é inseparável da expressão musical, pois a música tem sede de desconstrução, afirmam os autores. Adriana, em seu *website*⁶, diz que a mudança de nome é para salvaguardar sua liberdade, pois o sucesso aprisiona o artista a uma identidade, a uma estética, a uma reputação, a si mesmo. Então, Adriana experencia o devir-criança para liberta-se de si e a esse movimento nomeia “Partimpim”. Entretanto, não é só o nome que se transforma, mas também a imagem. Na capa do álbum, no *site*, ou em qualquer momento em que haja uma imagem de Partimpim, a cantora aparece com um desenho de olhos sobre os seus. Isso dá uma característica infantil correspondendo à imagem do produto, mas também marca uma singularização do trabalho de Adriana, que, sob o nome de Partimpim, experimenta outras visões, outras percepções do mundo, experimenta a molecularidade da criança.

Manoel de Barros, outro artista, quando escreve *Memórias inventadas: a Infância* (2003), experimenta um devir-criança. Ele não faz um retorno à infância que viveu através de suas memórias - afinal, como diz o título, as memórias são inventadas. Tampouco Barros imita uma criança, ou se torna uma. Ele é um poeta, adulto, que vivencia um movimento outro, um devir-criança. “Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas graças, de um pássaro e sua árvore” (BARROS, 2003). Manoel de Barros faz comunhão com a *molecularidade* infantil e cria, inventa memórias. O poeta involui: deixa-se desterritorializar, desconstruindo a sua *molaridade* adulta para experimentar outras velocidades e lentidões que têm uma vizinhança com a criança.

Kohan (2007) fala sobre a poesia do mato-grossense Manoel de Barros e, em especial, sobre esse mesmo livro. Ressalta a contradição que há na expressão “memórias inventadas”, pois uma palavra nega a outra. No entanto, as contradições provocam o pensamento: “Quando nos situamos nesse espaço em que o já pensado

parece impossível é que nascem as condições para pensar outra coisa, algo diferente do já pensado. O pensar é algo que se faz sempre entre o possível e o impossível, entre o saber e o não-saber, entre o lógico e o ilógico” (KOHAN, 1997:88).

A contradição das *Memórias inventadas* de Barros nos causa estranhamento e nos convida a pensar. Sentimo-nos impelidos a pensar algo ainda não-pensado. A tensão da contradição produz afecção. Afetados, implicados, podemos nos debruçar sobre a contradição, colocá-la em análise, em busca de inventar outros sentidos. Costumamos insistir em instituições que perderam o sentido. Ao estranhar uma prática, vendo nela uma contradição, somos forçados a exercitar o pensamento e criar novas possibilidades. O devir-criança de Manoel de Barros promove estranhamento e impulsiona o pensar. O devir-criança é contagiante. Deixemos-nos afetar por ele.

Nunca somos absolutamente capturados, sempre nos restam linhas de fuga. Podemos, enquanto camelos, estranhar nossas instituições, transformar-nos em leão, colocando abaixo os valores que nos aprisionam e, em seguida, tornar-nos criança e reinventar a vida. No entanto, até a criança pode enrijecer, tornando-se prisioneira dos novos valores criados, transformando-se no espírito sólido do camelo. Assim, novamente se faz necessária a rebelião do leão e a mutação em criança. Portanto, o estranhamento é fundamental para que se perceba que a criança envelheceu, tornando-se um camelo, e perdeu sua potência criadora. Não há um “patamar-criança” que se alcance e onde se repouse estavelmente. A metamorfose em criança é um movimento. É preciso sempre *se tornar* criança. A saúde é essa busca permanente de mobilização de forças, em que não há estabilidade. Ela nos exige uma negociação cotidiana para que a vida seja viável.

A luta por uma subjetividade menos cristalizada num modo de viver hegemônico não tem fim. Assim como não tem fim o presente trabalho, que busca disparar questões, reflexões e estranhamentos, na expectativa de que o movimento não cesse aqui, nessas últimas linhas, mas repercuta em outros pensamentos e ações.

Referências

BARCELOS, T. *Re-quebras da subjetividade e o poder transformador do samba*. Tese de doutorado em psicologia clínica, PUC-SP. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/>, acesso em 21/04/2008.

BARROS, M. *Memórias inventadas: a Infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

- CAPONI, S. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. *História, ciências, saúde Manguinhos*. Vol. IV (2), 1997.
- CORAZZA, S. *História da infância sem fim*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- DELEUZE, G. Controle e devir. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a.
- DELEUZE, G. O que as crianças dizem. In: _____. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996.
- DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Ed. 34, 1992b.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 1730 – Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir-Imperceptível. In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FUGANTI, L. Saúde, desejo e pensamento. In: Antonio Lancetti (org.). *SaúdeLoucura* 2. São Paulo: Hucitec, 1990.
- GLEIZER, M. *Espinosa & a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S.. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KASTRUP, V. O devir-criança e a cognição contemporânea. *Psicologia: reflexão e crítica*. Vol 13 (3): 373-382, 2000.
- KOHAN, W. *Infância, estrangeiridade e ignorância – Ensaio de filosofia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LARROSA, J. O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: Jorge Larrosa & Nuria P. de Lara (orgs.). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LLORET, C. As outras idades ou as idades do outro. In: Jorge Larrosa & Nuria P. de Lara (orgs.). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra – Um livro para todos e ninguém*. São Paulo: Escala, 2006.

Fernanda Alcântara de Oliveira, psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: fe.alcantara@gmail.com

¹ Compreende-se saúde como a possibilidade de enfrentar situações novas, inusitadas, impensadas (CAPONI, 1997). Ela é considerada deficiente quando tem sua margem de segurança restrita, limitando o poder de tolerância e compensação frente às dificuldades. A saúde inclui a possibilidade de adoecer e de se recuperar. Afinal, a vida é inconstante. Sendo assim, a saúde não é um estado, mas um exercício, uma prática, uma luta.

² O corpo humano é apto a afetar e ser afetado. *Afecção*, um conceito de Espinosa, é o efeito num corpo de sua interação com outro corpo, não necessariamente humano. A afecção depende da natureza do corpo que afeta, e da natureza e situação do corpo afetado. A afecção pela qual a potência de agir de um corpo é aumentada ou diminuída é denominada afecto (GLEIZER, 2005). Portanto, colocar-se disponível à afecção é se entregar no encontro com o outro, de modo a estar aberto à transformação.

³ *Máquina*, conceito de Deleuze e Guattari, difere de mecânica, pois é comparável a espécies vivas. As máquinas funcionam por agregação ou agenciamento. “Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidade” (GUATTARI & ROLNIK, 2005:385).

⁴ Segundo Deleuze (1992a, 1992b), as sociedades disciplinares, apresentadas por Foucault, tiveram seu apogeu no século XX e vêm sendo substituídas pelas sociedades de controle. Aquelas tinham como importante mecanismo o confinamento, mas nestas o controle se dá continuamente em meios abertos e a comunicação instantânea é um valioso dispositivo.

⁵ Em entrevista realizada com Luiz Antonio Fuganti, por Amanda dos Santos Gonçalves, em 2007.

⁶ <http://www.adrianapartimpim.com.br>